

## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA" – ITESP, pessoa jurídica de direito público vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, criada pela Lei Estadual nº 10.207/99, instituída pelo Decreto Estadual nº 44.292/99, regida por tais normas e seus Estatutos aprovados pelo Decreto Estadual nº 44.944/00, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 554, Bela Vista, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.598.715/0001-86, neste ato representada pelo Diretor Adjunto de Administração e Finanças, conforme competência atribuída pelo art. 32, item 04 e 12 do seu Regulamento Geral, **ATESTA** para os devidos fins que a empresa **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 61.198.164/001-60, sediada à Rua Guianazes, 1234/38/82, Campos Elíseos, São Paulo – Capital, prestou os serviços de seguro para um total de 87 (oitenta e sete) veículos através da apólice nº 28-531-391897, 01/05/2014 a 31/07/2015, São Paulo-SP, e cumpriu satisfatoriamente os compromissos assumidos na prestação dos serviços contratados, bem como foram cumpridos todos os prazos de execução e a qualidade dos serviços.

São Paulo, 23 de junho de 2015.



**ALEXANDRE RIBEIRO MUSTAFÁ**  
Diretor Adjunto de Administração e Finanças





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA  
Esplanada dos Ministérios, s/nº, BL M, Anexo, Térreo  
Brasília - DF - CEP 70045-900

Tel: (61)2023-2609 / FAX (61)2023-2802 / e-mail: protocolo.gapbr@fab.mil.br

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaiianazes, 1238, Campos Eliseos, São Paulo - Capital, foi contratada, por meio de Processo Licitatório, Ata de Registro de Preços Nº 035/GAP-BR/2014, Processo Nº 67284.007640/2014-96, para fornecer seguro veicular para 147 viaturas oficiais pertencentes à dotação do GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA (GAP-BR), com vigência da apólice, referente ao 3º Termo Aditivo, do dia 11/12/2016 ao dia 10/12/2017, cujo pagamento foi realizado conforme Nota de Empenho Nº 2016NE801339, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos serviços e quanto a liberação da garantia contratual até a presente data.

Brasília-DF, 17 de setembro de 2018.

ALEX SANDRO DE OLIVEIRA – 2º Ten Esp Aer SVE  
Fiscal do Contrato

De acordo:

ALEX ORÇAY REIS – Cel Int  
Chefe do GAP-BR

*Alex Sandro de Oliveira*  
Alex Sandro de Oliveira  
\* Declaro de juntas do dia



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Marcos Sanches Silva, em segunda-feira, 24 de outubro de 2022 16:02:53 GMT-03:00, CNS: 11.334-0 - 3º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br](http://www.cenad.org.br). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL  
Nº 2023/052546**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME .....	DANIELE GOMES YOSHIDA
REGISTRO .....	1SP255783/O-1
CATEGORIA ....:	CONTADORA
CPF .....	301.410.818-99

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: São Paulo, 25/04/2023 às 09:50:30

Válido até: 24/07/2023

Código de Controle: 0931.9526.1623.3350

Para verificar a autenticidade deste documento, consulte o site do CRCSP.

## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

## Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## NOSSO DESEMPENHO

## • Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R\$ 13.783,9 milhões, aumento de R\$ 3.175,9 milhões ou 29,9% em relação ao ano anterior.

## • Despesas administrativas

Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 14,2%, com redução de 3,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

## • Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2022 R\$ 346,4 milhões, aumento de R\$ 38,2 milhões, ou 12,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

## • Indicador social e ambiental

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 96,8%, aumento de 2,5 pontos percentuais em relação aos 94,3% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 94,0%, aumento de 2,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

## • Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2022 R\$ 674,8 milhões, registrando redução de R\$ 247,4 milhões ou 26,8% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R\$ 1,02 em 2022 e R\$ 1,58 em 2021.

## • Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 379,0 milhões em 2022. Do total investido, R\$ 280,3 milhões foram destinados a "softwares" e R\$ 98,7 milhões a equipamentos, sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioculturais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o véu de sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim a leveza e a genitice com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

## AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. Esse quadro não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aporte monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas "commodities", sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgingo de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável desse avanço vaga. No entanto, o crescimento da economia é impulsionado pela economia de consumo da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcelas relevantes da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da revésada da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, esterla da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento em 2023, mais forte que o esperado, seja devido ao efeito das medidas monetárias implementadas pelo Banco Central desde o início de 2022, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém-empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal para parceria.

## AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela continua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo e patrimônio líquido Circulante		<b>10.176.259</b>	<b>8.060.573</b>
Contas a pagar		833.321	831.952
Obrigações a pagar	18.1	184.671	367.339
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	360.253	274.807
Encargos fiscais e previdenciários		100.756	77.800
Emprestimos e financiamentos	19	119.365	78.700
Outras contas a pagar		2.394	2.357
Prêmios a restituir	20	597.780	506.553
Operações com seguradoras		5.030	378
Operações com reseguradoras		72.963	84.997
Corretores de seguros e reseguros		40.401	47.700
Outros débitos operacionais		9.133	32.276
Prêmios a restituir		15.670	10.554
Operações com seguradoras		5.030	378
Operações com reseguradoras		72.963	84.997
Corretores de seguros e reseguros		40.401	47.700
Outros débitos operacionais		9.133	32.276
Danos		8.005.593	6.083.876
Pessoas		370.279	305.578
Vida individual		32.351	279.799
Outros débitos	23.2	32.888	20.081
Debitos diversos		32.888	20.081
Obrigações a pagar	18.1	187.895	219.579
Outros débitos	11.1.3	71.178	66.316
Debitos diversos	19	41.682	63.888
Emprestimos e financiamentos	22	965.608	747.466
Outros débitos	22	844.378	662.744
Danos		86.492	53.307
Pessoas		34.738	31.418
Vida individual		97.594	1.016.888
Outros débitos	23.2	866.220	912.121
Debitos diversos		105.374	104.765
Reservas de avaliação		<b>5.588.607</b>	<b>4.784.062</b>
Capital social		2.914.265	2.552.444
Aumento/redução de capital (em aprovação)		39.000	112.000
Reservas de reavaliação		30.256	82.763
Reservas de lucros		2.466.025	2.224.952
Ajustes de avaliação patrimonial		(203.519)	(168.094)
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>17.890.105</b>	<b>14.828.211</b>

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício		<b>67.480</b>	<b>92.246</b>
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladoras		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outras		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido e efeitos tributários		<b>63.975</b>	<b>67.796</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		67.480	92.246
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladoras		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outras		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido e efeitos tributários		<b>63.975</b>	<b>67.796</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		67.480	92.246
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladoras		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outras		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido e efeitos tributários		<b>63.975</b>	<b>67.796</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		67.480	92.246
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladoras		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outras		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido e efeitos tributários		<b>63.975</b>	<b>67.796</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		67.480	92.246
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladoras		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outras		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido e efeitos tributários		<b>63.975</b>	<b>67.796</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		67.480	92.246
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladoras		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outras		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido e efeitos tributários		<b>63.975</b>	<b>67.796</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		67.480	92.246
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladoras		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outras		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido e efeitos tributários		<b>63.975</b>	<b>67.796</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021



<tbl\_r cells="4" ix="3" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols="4

## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



—★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO

##### 1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado fundada em 6 de dezembro de 1945, autorizada a operar pelo Conselho nº 47/136 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 - São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros, danos, pessoas e vida, individual ou em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária\*:

##### Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

##### Participação

100,0%

##### Porto Seguro S.A.

##### Participação

70,8%

##### Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

##### Participação

29,2%

##### Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

##### Participação

41,1%

##### Pares Empreendimentos e Participações S.A.

##### Participação

23,1%

##### Itaueg Participações S.A.

##### Participação

19,1%

##### Itaú Unibanco S.A.

##### Participação

15,8%

##### Rosag Empreendimentos e Participações S.A.

##### Participação

0,2%

##### Jayme Brasil Garfinkel

##### Participação

0,8%

##### Outros

##### Participação

Participação

##### Pares Empreendimentos e Participações S.A.

##### Participação

32,5%

##### Jayme Brasil Garfinkel

##### Participação

30,0%

##### Outro Empreendimento Garfinkel

##### Participação

18,3%

##### Ana Lúcia Campos Garfinkel

##### Participação

18,3%

##### Rosag Empreendimentos e Participações S.A.

##### Participação

100,0%

##### Itaueg Participações S.A.

##### Participação

100,0%

##### Banco Itaú S.A.

##### Participação

26,4%

##### Itaú Unibanco S.A.

##### Participação

62,4%

##### Banco Itaú BBA S.A.

##### Participação

11,2%

##### Itaú Unibanco S.A.

##### Participação

100,0%

##### Banco Itaúard S.A.

##### Participação

100,0%

##### Banco Itaúard S.A.

##### Participação

100,0%

##### Itaú Unibanco Holding S.A.

##### Participação

100,0%

##### Itaú Unibanco Holding S.A.

##### Participação

100,0%

##### IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

##### Participação

51,7%

##### Itáusa - Investimentos Itáu S.A.

##### Participação

7,2%

##### Outros

##### Participação

41,1%

(\*) Participações nas ações ordinárias.

#### 1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

##### 1.2.1 CIÂSOS PORTO SEGURO ASSISTÊNCIA

Em 4 de junho de 2021, complementado em 8 de novembro de 2021, a Companhia protocolou junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, o pedido de autorização prévia para promover a ciâso parcial das suas atividades, com o objetivo de transferi-las para a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

Em 26 de julho de 2022, a Porto Seguro S.A. divulgou o Comunicado ao Mercado informando que, a partir de 1º de maio de 2022, a Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cindidas da Companhia, após a aprovação de intenção dessa ciâso junto à SUSEP, ocorrida em 19 de janeiro de 2022.

A ciâso é uma entidade de administração de negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro. O seu valor líquido contábil, objeto da ciâso mencionada, pode ser resumido como segue:

	Passivo e patrimônio líquido	
Circulante .....	<b>33.698</b>	Circulante .....
Disponível .....	30.000	Contas a pagar .....
Caixa e bancos .....	30.000	Obrigações a pagar .....
Títulos e créditos a receber .....	3.698	Não circulante .....
Titulos e créditos a receber .....	3.698	Outros débitos .....
Não circulante .....	<b>1.511</b>	Provisões judiciais .....
Realizável a longo prazo .....	105	Patrimônio líquido .....
Titulos e créditos a receber .....	105	Capital social .....
Depósitos judiciais e fiscais .....	1.050	Reservas de lucros .....
Imobilizado .....	1.406	Total do passivo e patrimônio líquido .....
Total do ativo .....	<b>35.209</b>	<b>35.209</b>

##### 1.2.2 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado o acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedor, e Jive Properties Multistratégia Fundo de Investimento Imobiliário - "Fundão" como comprador.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundão, considerando as condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e o estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira trânsito negociou 6 imóveis da Companhia ao valor de R\$ 106.218, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda trânsito negociou 3 imóveis à operação representativa do valor R\$ 20.418. O ganho patrimonial relativo à essa operação representa o montante de R\$ 31.657 (R\$ 12.134 líquidos de efeitos tributários) (vide nota explicativa nº 33).

#### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 678/2022, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Dessa forma, essas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

##### 2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

##### 2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado Dezembro de 2021
Caixa gerado nas operações .....	<b>1.099.933</b>	<b>(256.471)</b>
Perda (reversão) de perdas .....	3.796	13.699
Provisões técnicas - seguros e resseguros .....	1.096.137	(270.170)
Variações nos ativos e passivos .....	<b>(1.196.942)</b>	<b>256.471</b>
Créditos das operações de seguros e resseguros .....	(877.300)	(3.796)
Ativos de resseguro .....	10.032	3.799
Outros ativos .....	(329.674)	(13.699)
Pagamento de provisões técnicas - seguros e resseguros .....	-	270.170
	270.170	270.170

#### 2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

##### (a) Transações e Saldos em Moeda Estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia, baseadas na taxa de câmbio média do dia de encerramento do balanço. Considera-se a conversão de saldos realizada mediante a liquidação do talasfrancês reconhecido no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operações caracterizadas como investimento no exterior. O resultado e o balanço patrimonial da controlada Porto Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaiense) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia de seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio médio do exercício (seja a média não desconsiderar a aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

#### 2.5 PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de votos.

#### 2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Nova norma ou alteração de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas são aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração poderá ter avaliação a data de entrada em vigor.

##### CPC 18 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018. Principalmente apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos de seguro.

##### CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente a sua operação.

##### CPC 17: Valor Justo de Ativo de Finanças

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

#### 3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante da mudança de valor.

#### 3.2 ATIVOS FINANCEIROS

##### (a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

##### (i) Titulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros desses títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (liquidação dos efeitos tributários), com "Outros resultados abrangentes", sendo realocado para o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda resultante patrimonial ("impairment").

##### (ii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seu vencimento.

##### (iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são contados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Titulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados com custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por motivo de valor recuperável.

##### (v) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem preço de cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo.

Essas técnicas incluem a utilização de metodologia para previsão do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

No nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

No nível 2: ativo quando se utiliza uma metodologia para previsão do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto quando não existem preços cotados internas.

No nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

#### 3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

##### 3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avalizados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impair". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e expectativa de perda futura, considerando a expectativa de perda de cada ativo.

A metodologia utilizada é a de perda contínua, que considera a evolução de evidências de que existem perdas significativas. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme gastos.

#### 3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida.

#### 3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos a depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil não excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor de uso ativo, o custo de reposição e o valor de venda.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para que existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

#### 3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para at

## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

—★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vidas excedem o prazo de resgate da apólice, por meio da formulação de estimativas contábeis e que não são considerados prêmios a liquidar. A Provisão de Prêmios a Liquidar (PPN) é administrada e liquidada e consiste na base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruto das ações de resseguro e líquida de conseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise e sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia, cuja estimativa é realizada e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como a aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituida com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidez, baseados nos fluxos atuariais.

#### 3.12 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e reassentamentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábua biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETT), elaborada pela SUSEP, de acordo com a sua metodologia vigente.

No presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 4,1%, e o percentual de resseguro foi de 1,1%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e resarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e resarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e resarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais na data-base.

#### 3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-crédito e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tinha sido estabelecido.

#### 3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso, e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, segundo os princípios do CPC 25 Provisões Contingentes, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados, levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

#### 3.15 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

#### 3.16 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

##### 3.16.1 PRÉMIO DE SEGURO E RESSEGUERO

As receitas de prémio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice, quando da vigência do risco, o que ocorre, no entanto, proporcionalmente ao longo do período coberto, de acordo com as condições contratuais, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa n.º 3.12.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prémio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

##### 3.16.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno,

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

#### 3.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

#### 3.18 IMPÔTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No entanto, o imposto de renda é calculado a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

#### 3.19 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

#### 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) o valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das estimativas de riscos e prêmios para contratos de seguro, (iii) a estimativa dos impostos diferidos e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das despesas que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de futuros eventos, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes na estimativa de riscos e prêmios para contratos de seguro, nem para os julgamentos contábeis.

São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos auditores para a definição de premissas atuariais e de melhor estimativa de liquidação de sinistros para contratos de seguro.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

#### 4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é a constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos auditores para a definição de premissas atuariais e de melhor estimativa de liquidação de sinistros para contratos de seguro.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porque estes mesmos ramos representam menos de 10% dos

## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



—★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisões.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é gerado a partir dasseguras categorizadas a seguir:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir da variação dos preços cobrados para fazer frente aos despesos financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituidas para fazer frente aos despesos financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes data-sheets que verificam a suficiência histórica das provisões constituidas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEPE, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

(\*) Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%	21.793	2,74%	41.384	4,51%	811.100	5,96%
Nordeste	710.560	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%	11.292	1,42%	32.965	3,59%	891.538	6,56%
Norte	153.960	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%	1.485	0,19%	12.702	1,38%	211.305	1,55%
Sudeste	6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%	640.408	80,48%	721.840	76,62%	9.891.441	72,75%
Sul	1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%	120.755	15,18%	109.221	11,90%	1.791.773	13,18%
<b>Total Geral</b>	<b>9.484.181</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.617.274</b>	<b>100,00%</b>	<b>780.863</b>	<b>100,00%</b>	<b>795.733</b>	<b>100,00%</b>	<b>918.118</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.596.169</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%	21.686	2,74%	38.495	4,50%	804.587	5,97%
Nordeste	710.560	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%	11.005	1,39%	31.061	3,63%	886.274	6,57%
Norte	153.960	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%	1.414	0,18%	12.249	1,43%	209.767	1,56%
Sudeste	6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,16%	637.453	80,50%	672.780	76,61%	9.807.905	72,73%
Sul	1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.800	15,06%	120.289	15,19%	101.260	11,83%	1.776.972	13,18%
<b>Total Geral</b>	<b>9.484.784</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.519.917</b>	<b>100,00%</b>	<b>761.112</b>	<b>100,00%</b>	<b>791.847</b>	<b>100,00%</b>	<b>855.845</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.485.505</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Não incluem os valores de RVNE e conseguimos aceitos nos montantes de R\$ 81.397 e R\$ 106.360, respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(\*) Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	408.133	3,86%	69.628	0,66%	34.784	0,33%	21.080	0,20%	31.750	0,30%	565.735	5,34%
Nordeste	567.181	5,36%	75.471	0,71%	41.955	0,40%	13.837	0,13%	27.241	0,26%	725.685	6,85%
Norte	107.841	1,02%	22.008	0,21%	13.955	0,13%	1.937	0,02%	12.431	0,12%	158.172	1,49%
Sudeste	5.202.266	49,14%	971.576	9,18%	449.476	4,25%	601.578	5,68%	568.458	5,54%	7.811.356	73,79%
Sul	838.326	8,00%	181.240	1,73%	88.309	0,84%	123.371	1,17%	85.440	0,81%	1.325.709	12,52%
<b>Total Geral</b>	<b>7.123.748</b>	<b>67,29%</b>	<b>1.327.107</b>	<b>12,54%</b>	<b>630.121</b>	<b>5,95%</b>	<b>762.141</b>	<b>7,20%</b>	<b>743.320</b>	<b>7,02%</b>	<b>10.586.437</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	408.133	3,90%	77.619	0,75%	33.897	0,32%	20.660	0,20%	28.892	0,28%	559.591	5,04%
Nordeste	567.180	5,14%	71.967	0,69%	40.817	0,39%	13.194	0,12%	25.888	0,25%	718.986	6,86%
Norte	107.841	1,03%	20.570	0,20%	13.645	0,13%	1.807	0,02%	12.088	0,12%	155.951	1,49%
Sudeste	5.202.249	49,65%	940.329	8,97%	437.820	4,18%	598.985	5,72%	553.010	5,28%	7.732.193	73,80%
Sul	838.326	8,00%	181.240	1,73%	88.309	0,84%	123.371	1,18%	85.440	0,81%	1.325.709	12,51%
<b>Total Geral</b>	<b>7.123.729</b>	<b>67,99%</b>	<b>1.281.825</b>	<b>12,23%</b>	<b>614.288</b>	<b>5,86%</b>	<b>758.157</b>	<b>7,24%</b>	<b>699.413</b>	<b>6,68%</b>	<b>10.477.412</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Não incluem os valores de RVNE e conseguimos aceitos nos montantes de R\$ 18.477 e R\$ 2.876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itau Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, ilustradas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	(478.649)	60.038
Sinistros - aumento de 50,0% .....	(324.712)	474.314

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro flutuante locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, ilustradas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	4.057	20.337
Sinistros - aumento de 50,0% .....	68.473	84.095

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prémio de risco, baseadas em histórico de observações para cada agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prémios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela rede de investimento no exercício vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurado.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio:

As exposições a concentrações



## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. INTANGÍVEL

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
Taxas anuais amortizadas	amortização acumulada	Valor líquido	amortização acumulada	Valor líquido
6,67%				
"Software".....	a 25.0 2.083.293 (62.487) 1.420.806 1.803.058 (565.949) 1.237.109			
Outros intangíveis.....	20,0 54.755 (39.943) 14.812 54.755 (36.499) 18.256	2.138.048 (702.430) 1.435.516 1.857.813 (602.448) 1.255.365		

## 17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro	Movimentações	Saldo líquido em 31 de dezembro
"Software".....	1.237.109 280.250 (96.545) (8)	Aqui- de amorti- transfe- rência de 2021	1.420.806 18.256
Outros intangíveis.....	1.255.365 280.250 (99.989) (8)	zácio rácias	1.435.518

## 18. CONTAS A PAGAR

## 18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fornecedores .....	100.488 117.984	
Provisão benefícios a empregados .....	71.177 66.316	
Participação nos lucros a pagar .....	70.687 167.282	
Honorários a pagar .....	1.435 2.596	
Dividendos a pagar (I) .....		63.246
Outras .....	12.062 16.231	
	<b>255.849 431.436</b>	
Circulante .....	184.571 367.739	
Não circulante .....	71.178 66.316	

(I) Vide nota explicativa nº 24 e.

## 18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF .....	293.955 221.635	
INSS e FGTS .....	30.891 26.929	
Imposto de renda retido na fonte .....	22.895 18.173	
Outros .....	7.154 8.076	
	<b>360.225 274.855</b>	

## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até maio de 2024, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são: Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Empréstimos bancários (i) .....	134.567 111.430	
Financiamentos - Informática .....	26.780 29.498	
	<b>161.347 140.928</b>	
Circulante .....	119.365 77.800	
Não circulante .....	41.982 63.128	

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

## 19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Emiss. Instituição	Venci- mento	Remunen- raciação a.a.	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
8.135.....	Bradesco	2019 2022	127,1 CDI	-	8.193
9.000.....	Bradesco	2020 2021	CD + 2,01%	-	9.015
82.700.....	Itaú	2021 2024	2,4% CDI	99.190	86.482
7.537.....	Bradesco	2021 2024	100% CDI + 2,10%	8.885	7.740
8.109.....	Itaú	2022 2026	100% CDI + 1,90%	9.210	
8.135.....	Bradesco	2022 2026	100% CDI + 2,24%	8.228	
9.000.....	Bradesco	2022 2026	100% CDI + 1,24%	9.054	
			Total	<b>134.567 111.430</b>	

## 19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empreéstimos bancários	Finanças - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>111.430</b>	29.498	<b>140.928</b>
Aquisição/constituição .....	8.107	10.619	18.726
Atualização monetária/juros .....	15.030	1.743	16.773
Liquidação/reversão .....	-	(15.080)	(15.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>134.567</b>	26.780	<b>161.347</b>

## 20. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Corretores de seguros e resseguros .....	455.806 363.432	
Operações com resseguradoras .....	72.963 84.916	
Prêmios a retribuir .....	15.030 16.554	
Operações com seguradoras .....	5.020 2.778	
Outros débitos operacionais .....	48.311 47.192	
	<b>597.780</b>	<b>506.553</b>

## 20.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Corretores de seguros e resseguros .....	249.363 176.432	
Operações com resseguradoras .....	44.912 52.660	
Prêmios a retribuir .....	15.030 16.554	
Operações com seguradoras .....	5.020 2.778	
Outros débitos operacionais .....	48.311 47.192	
	<b>365.706</b>	<b>346.342</b>

## 21. DÉPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Corretores de seguros e resseguros .....	455.806 363.432	
Operações com resseguradoras .....	72.963 84.916	
Prêmios a retribuir .....	15.030 16.554	
Operações com seguradoras .....	5.020 2.778	
Outros débitos operacionais .....	48.311 47.192	
	<b>597.780</b>	<b>506.553</b>

## 22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bruto de Liquido de resseguro	7.813.590	7.754.670
Bruto de Liquido de resseguro	5.288.053	5.765.554
Provisão de prêmios não ganhos .....	1.438.541	1.366.956
Sinistros e benefícios a liquidar .....	-	1.259.050
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados .....	294.327	262.383
Demais provisões .....	122.379	114.639
Total .....	<b>9.668.837</b>	<b>9.498.648</b>
Circulante .....	8.703.229	7.722.459
Não circulante .....	965.608	747.469
	<b>8.703.229</b>	<b>7.722.459</b>

## 22.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020 .....	<b>6.320.585</b>	<b>181.036</b>
Constituições decorrentes de prêmios .....	10.608.060	105.682
Diferimento pelo risco decorrido .....	(9.849.654)	(109.402)
Aviso de sinistros .....	5.445.568	114.621

## 22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A) .....	<b>9.668.837</b>	<b>9.498.648</b>
Constituições decorrentes de prêmios .....	13.783.925	111.103
Diferimento .....	(12.124.421)	(108.083)
Aviso de sinistros .....	7.386.185	81.707
Pagamento de sinistros/benefícios .....	(6.824.897)	(85.557)
Atualização monetária e juros .....	31.323	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022 .....	<b>9.668.837</b>	<b>170.189</b>

## (ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da constância de liquidez dos valores resgatáveis.

## (iii) Outros Tributos

A Companhia mantém discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxas Municipais; (iii) Imposto sobre Serviços - ISS; e (iv) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

## Movimentação das Provisões Judiciais Prováveis

	Fiscais	Trabalhistas	Civis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 .....	<b>860.594</b>	<b>27.086</b>	<b>24.441</b>	<b>912.121</b>

Constituições .....

Enc. de direitos sociais .....

Reembolsos .....

Atualização monetária .....

Saldo em 31 de dezembro de 2022 .....

Quantidade de processos .....

(i) A redução refere-se a reversão parcial dos saldos (provisão e depósito) em fiscais

sobre a discussão de incidência do adicional de 2,5% da contribuição previdenciária na Companhia, após anuência da Receita Federal do Brasil - RFB.

## 23.1.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são movimentadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a) .....	<b>733.843</b>	<b>707.151</b>

Civis .....

Trabalhistas .....

Total .....

(b) Ajustes e Previdenciárias

O valor estimado dessas ações referem-se principalmente a: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 376.440 (R\$ 269.110 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 152.667 (R\$ 114.611 de possível impacto no lucro líquido).

## 23.2 POSSÍVEIS DE ARRENDAMENTO

Constituições .....

Cancelamentos .....

## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

—★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

novembro de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 70.000 e R\$ 150.000, respectivamente, à conta de reservas de lucros.

A Administração da Companhia aprovou, na reunião de diretoria, realizada em 30 de junho de 2022, a integração das reservas de lucros JCP e demais de R\$ 48.264, líquidos de imposto de renda, pagos em 30 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 30 de agosto de 2022 e 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R\$ 136.965 e R\$ 105.614, respectivamente, líquidos de imposto de renda, para integralização de capital na Companhia.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	674.800	922.246
(-) Reserva legal - 5%	(33.740)	(46.112)
Realização da reserva de reavaliação	70.182	2.799
<b>Lucro básico para determinação do dividendo</b>	<b>711.242</b>	<b>878.933</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	177.811	219.733
JCP distribuído - líquido (*)	290.843	156.486
Complemento dividendos mínimos obrigatórios		63.247
<b>Total de dividendo e JCP</b>	<b>290.843</b>	<b>216.733</b>
<b>Total per ação (R\$)</b>	<b>0,44035</b>	<b>0,37646</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 342.168 destacado na NMP, está incluso R\$ 51.325, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(I) Remuneração em Ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte da sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas;

(ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados positivos para a Companhia e para suas investidas;

(iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto;

(3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ações, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entrepostas aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujetos às regras previstas no Plano 2018.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>13.734</b>	<b>4.810</b>
Diferimento de "vesting" do período	79.020	8.924
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(5.429)	-
<b>Saldo final</b>	<b>87.325</b>	<b>13.734</b>
<b>Valor de mercado médio ponderado (R\$)</b>	<b>29,33</b>	<b>52,06</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>241.649</b>
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)
<b>Saldo final</b>	<b>2.004.583</b>

Quantidade Quantidade

Dezembro de 2022	Dezembro de 2021




<tbl\_r cells="2" ix="4" maxcspan="1" maxrspan="1

## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



★ continuação

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir: **"Responsabilidades do auditor para auditoria das demonstrações financeiras"**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos e éticas privados no Código de Ética Profissional do Contador e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros**

Conforme divulgado nas notas explicativas n.º 3.12 e 22, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 8.668.837 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de ações em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n.º 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não avisadas e ao teste de adequação de passivos.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação do teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidade, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

**Ambiente de tecnologia da informação**

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:**

As demonstrações financeiras da auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos associados ao tema, bem como a execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficiência operacional dos controles de tecnologia da informação considerados relevantes, incluindo a avaliação das demonstrações financeiras com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

**Outros assuntos****Auditoria de valores correspondentes**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essa relação.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, a fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido de auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, considerarmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada é acurada com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada aos requisimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de reseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep e o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• O planejamento da auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valor(s) pretendido(s) pelo auditor, informe(s) ou considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para determinar se é necessário ou não baixar a probabilidade de que as distorções não corrigidas ou não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco do não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes operações de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

• Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda  
CRC-SP034519/O  
Patrícia de Paula da Silva Paz  
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O  
Diana Yukie Naki dos Santos  
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.  
**Outros Assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e também com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, mais especificamente referentes aos quadros estatísticos de sinistros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Todavia, as citadas divergências já são de ciência da Companhia, a qual já tem plano de ação definido para a sua eliminação, além de não se constituiram em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

**ERNST & YOUNG**  
Serviços Atuariais SS, CIBA 57  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
Ricardo Pacheco  
Atuário - MIBA 2.679

## Porto Seguro

Com o app, todo o cuidado da Porto tá na palma da sua mão.

Baixe agora!  
Luiz Correa  
(Atendente Porto Seguro)

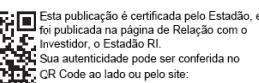


NEIDE  
OLIVEIRA  
SOUZA:205  
40856851

Assinado de forma  
digital por NEIDE  
OLIVEIRA  
SOUZA:205-00856851  
Datas: 2023-03-16  
18:13:22 -03'00"

ROBERTO  
DE SOUZA  
DIAS:1158  
3846883  
Datas: 2023-03-16  
18:13:42 -03'00"

DANIELE  
GOMES  
YOSHIDA:30  
141081899  
Datas: 2023-03-17  
15:40:08 -03'00"



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e  
foi publicada na página de Relação com o  
Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no  
CR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
*Balanço encerrado em 31 de dezembro 2022*

(valores em milhares de reais)

**Ativo**

Ativo Circulante – A C (*).	11.032.386
Realizável a Longo Prazo – R L P.	3.110.693
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	3.747.026
<b>Ativo Total – AT.....</b>	<b>17.890.105</b>

**Passivo**

Passivo Circulante – P C.....	10.176.401
Passivo Não Circulante – P N C.....	2.125.097
Patrimônio Líquido – P L.....	5.588.607
<b>Passivo Total – PT.....</b>	<b>17.890.105</b>

**Indicador de Análise Econômico-Financeiro**
**Índice de Liquidez Geral (ILG):**

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{14.143.079}{12.301.498} = 1,15$$

**Índice de Solvência Geral (ISG):**

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{17.890.105}{12.301.498} = 1,45$$

**Índice de Liquidez Corrente (ILC):**

$$\frac{A C}{P C} = \frac{11.032.386}{10.176.401} = 1,08$$

**Grau de Endividamento (GE):**

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{12.301.498}{17.890.105} = 0,69$$

**Gerência de Capital de Terceiros (GCT)**

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{5.588.607}{12.301.498} = 0,45$$

**Nota explicativa:**

(\*) Montante composto pelo saldo total do ativo circulante, somado ao saldo dos títulos disponíveis para venda no longo prazo. (vide nota explicativa 8.2).

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA****Balanço encerrado em 31 de dezembro 2022**

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2022, (vide nota explicativa nº. 8.5), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.582.127 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondem à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES Assinado de forma digital  
YOSHIDA:30141 por DANIELE GOMES  
081899 YOSHIDA:30141081899  
Dados: 2023.03.08  
15:09:09 -03'00'

---

Daniele Gomes Yoshida  
Contador - CRC 1SP 255783/O-1

NEIDE Assinado de forma  
OLIVEIRA digital por NEIDE  
SOUZA:20540 OLIVEIRA  
856851 SOUZA:20540856851  
Dados: 2023.03.14  
08:36:51 -03'00'

ROBERTO Assinado de forma  
DE SOUZA digital por ROBERTO  
DIAS:115838 DE SOUZA  
46883 DIAS:11583846883  
Dados: 2023.03.14  
08:37:03 -03'00'



## PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO  
SEGURO

—continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta do Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas na New York Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

## 1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios da Companhia por segmento:

## Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R\$ 7.131,8 milhões, aumento de R\$ 687,2 milhões ou 9,6%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 49,5%, aumento de 5,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do menor impacto da pandemia sobre a mobilidade da população. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitem aumentar a competitividade.

No segmento Vida Individual e grupo, os prêmios emitidos totalizaram R\$ 577,1 milhões, aumento de R\$ 64,7 milhões ou 11,7%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 67,3%, aumento de 20,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que diante as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos diagnosticados e relacionados a COVID-19 neste segmento.

No segmento de Riscos Financeiros (principalmente carteira Fiança), os prêmios emitidos totalizaram R\$ 721,8 milhões, aumento de R\$ 94,7 milhões ou 13,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 35,9%, redução de 12,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelo aperfeiçoamento do modelo de subscrição de riscos, que foi intensificado com o uso de big data e "machine learning", adequação na precificação, após o início da pandemia em 2020.

Até o final de 2021, foram 10 mil profissionais.

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares, e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentre das principais ações internas, destacamos a adoção do regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar as ações preventivas.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o Programa Meu Porto Seguro, que teve por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021, nesse período foram contratados 10 mil profissionais.

## 1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS E LÍQUIDOS DE BENEFÍCIOS

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e acelerações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, os pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2016 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R\$ 113.860, sendo parte em reversão da totalidade do provisório dos saldos relacionados às incertezas quanto ao não pagamento de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 14.127 em 2020, R\$ 15.710 em 2019 e benefícios tributários referente as despesas dos projetos incorridas nos montantes de R\$ 18.895 em 2018, R\$ 23.436 em 2019 e R\$ 37.642 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 30.689 referente ao exercício corrente de 2021.

## 1.3 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R\$ 222.318, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre lucros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 0/2021 emitida pelo IFRACON.

## 1.4 OUTRAS INFORMAÇÕES - CÍSIO PORTO SEGURO ASSISTENCIA

Em 4 de junho de 2021, complementado em 8 de novembro de 2021, a Companhia protocolou junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pedido de autorização prévia para a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. A císio tem por finalidade a criação de empresas de seguros, mantidas em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro.

Em 19 de janeiro de 2022 a SUSEP aprovou a intenção da Companhia em seguir com a referida císio. A efetivação da císio dependerá da realização dos atos societários inerentes à operação e das correspondentes aprovações regulatórias e registros nos órgãos competentes. Por esse motivo, a Companhia não reconheceu os impactos em suas Demonstrações Financeiras atuais.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção da circular SUSEP 615/20, que entre outros assuntos, alterou o plano de contas contábeis, inserindo os grupos contábeis relacionados ao CPC 06 (R2) - Arrendamento.

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesas de depreciação dos ativos de arrendamento e uma conta financeira criada dentro do passivo de arrendamento.

Anteriormente, os despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguel de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A nota explicativa nº 2.2 apresenta as novas informações de impactos de acordo com adotações.

## 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (impairment), (iv) da capitalização dos descontos a prazo e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores monetários diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3).

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações

financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

## 2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (SUSEP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A., em 07 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia ([pt.portalseguro.com.br](http://pt.portalseguro.com.br)).

## 2.2 ADOÇÃO INICIAL - IFRS 16

A adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (vide nota explicativa nº 2) em 01 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

	Ativo de direito de uso	Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	Total ativo (A)
	187.093	(94.691)	<b>92.402</b>
	Passivo circulante		

Passivos de arrendamento ..... (34.072) Juros a prorata de contratos de arrendamento ..... 11.520

Passivo não circulante ..... Passivos de arrendamento ..... (34.072) Juros a prorata de contratos de arrendamento ..... 11.520

Passivo circulante ..... Passivos de arrendamento ..... (34.072) Juros a prorata de contratos de arrendamento ..... 11.520

Passivo não circulante ..... Passivos de arrendamento ..... (34.072) Juros a prorata de contratos de arrendamento ..... 11.520

Total passivo (B) ..... Imposto bruto no patrimônio líquido (A) + (B) ..... Imposto de renda e contribuição social (40%) ..... Imposto no patrimônio líquido .....

Impacto bruto no patrimônio líquido ..... Impacto de renda e contribuição social (40%) ..... Impacto no patrimônio líquido .....

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo modificado conforme facultado pela norma.

As notas explicativas nº 11.3 e 21.2 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigido pela nova norma.

## 2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data da transação.

Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no investimento no resultado da operação caracterizada como investimento no exterior. O resultado da operação é convertido para a moeda funcional da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio da data do exercício (exceto se a média não corresponder a uma approximação razável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

## 2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.5 ATIVOS FINANCEIROS

## (a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seções subsequentes.

Mensuração pelo valor justo por meio de resultado - titulares para negociação

São classificados nessa categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

## (b) Titulares disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros desse título, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da efetivação do resultado ou por perda considerada permanente ("impairment").

## (iii) Muitos ativos e valores

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

## (iv) Empréstimos e recebíveis (clientes)

Incluem-se nessa categoria os recebíveis (prêmios a receber de seguros) que são derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.7.1).

## (v) Determinação do valor justo de títulos e contratos de arrendamento

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo dos ativos classificados como "titulares para negociação" é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou coligação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação de ativos com base em preços de negociação.

As estimativas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e outras instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

O valor justo de títulos e contratos de arrendamento é calculado "base-se na segurança hierárquica":

## PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO  
SEGURO

—continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Passivos Contábeis (PPC) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidação, baseados nos fluxos atuariais.

## 2.16.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos de seguro de vida, considerando-se que o valor das provisões é calculado considerando-se como valor contábil os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição referentes (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolve-se uma metodologia que considera a menor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorridos, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a menor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer irregularidade no TAP, é realizada uma análise complementar da base de dados no resultado do exercício, consultando a Previsão Contábil de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de vender o ativo simplificado que tenha sido deprecado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar resarcimentos de terceiros, como sub-regulação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IG-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

## 2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos "Portoprev", que são classificados como planos de contribuição definida. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de capital, taxas de inflação, custos de manutenção, desmobilização, demissões, como muitas outras. No Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tinha sido estabelecido.

## 2.18 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável iminente em um desembolso futuro.

O risco é quantificado pelo seu impacto sobre o esterpe judicial, registrados, levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e providenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

## 2.19 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidas em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

## 2.20 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado, mesmo prazo do recebimento.

## 2.21 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre o Capital Próprio (CPC) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

## 2.22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e de capital dos exercícios anteriores. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, tanto para os efeitos tributários quanto para os que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/2021 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias e os resultados contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

## 3. ESTIMATIVAS E JUGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas e julgamentos contábeis no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não viola critérios para as estimativas e julgamentos contábeis no resultado do exercício, tanto para as circunstâncias quanto para a relação das demonstrações financeiras do exercício.

As estimativas e os julgamentos contábeis são realizados de acordo com as diretrizes da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e de melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

## 3.1 AValiação de PASSIVOS de SEGURos

O componente em que a Administração faz maior uso é o julgamento e utiliza estimativas na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e de melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém, estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 7.416.722.

## 3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios de fluxo de 1 a 30 meses, Fluxo de 2 a 6 meses, Fluxo de 7 a 12 meses, Fluxo acima de 1 ano, Fluxo de ativo (ativo) e Fluxo de passivo (passivo).

3.3 AValiação das PROVISÕES de PROCESSOS JUDICIAIS, FISCAIS, CÍVEIS e TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 912.121, para as quais existem R\$ 1.045.222 em depósitos judiciais.

## 3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 566.582 (ativo) e R\$ 90.135 (passivo).

## 4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controles dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução de nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter energias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este fórum tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que, com adecorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo, entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

## 4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por parte da entidade (pessoas físicas, jurídicas) que realizaram uma obrigação relativa à liquidez ou operabilidade de um ativo financeiro. Este risco é gerido por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são aplicados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 83,4% (90,1% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alojadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impair").

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico juntamente com a constatação de que os riscos sejam compatíveis com os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que, com adecorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo, entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

## 4.2 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrarie as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado da operação ou o patrimônio líquido, incluindo falhas na previsão ou estimativas de provisões.

A Companhia实行 seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos despendos financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e previsão do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotizações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de previsão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões contábeis para fazer frente aos despendos financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. Para aferição da aderência e premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de sensibilidade em diferentes bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituidas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.16.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulamentação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Administração, sempre visando a minimização de riscos e maximização de resultados.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos;
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperabilidade de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperabilidade de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização como indexador, para os passivos, Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Utilização como indexador, para os ativos, taxa SELIC/CDI, que é predominante no resultado.

Praticas de resseguro, sempre visando a minimização de risco e a maximização de resultado.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.16.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fluxo de ativo (ii)	5.187.263	6.433.992
Fluxo de passivo (ii)	5.187.263	4.450.855

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais e os saldos foram projetados para o período de vencimento do contrato de Depósito Interbancário (CDI) (ii) A taxa de câmbio divulgada para períodos futuros em data próximas ou equivalentes.

(iii) O fluxo de ativos consiste no caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iv) O fluxo de passivos consiste os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

## 4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros.

Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Segue abaixo as exposições de investimento segregadas por tipo de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGP)	71,6%	77,4%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	12,4%	14,9%
Prefixados	6,8%	1,2%
Ações	4,3%	3,8%
Outros	4,9%	2,7%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia.

São ferramentas de "backtesting" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Os resultados obtidos com base em julgamento da Administração

## PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO  
SEGURO

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itau Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	67,2%	66,4%
Região Sul	12,5%	15,2%
Região Centro-Oeste	11,2%	9,9%
Região Centro-Oeste	6,9%	6,4%
Região Norte	2,2%	2,2%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	60.038 (-164.613)	
Sinistros - aumento de 50,0%	474.314	79.675

A variação nas sensibilidades entre as datas-bases de dezembro de 2020 e dezembro de 2021 é causada por uma redução de 1,5 ponto percentual na premissa de sinistralidade, de 1,3 ponto percentual na premissa de despesas administrativas, mas principalmente pela elevação na curva de juros - ETI-SUSEP Pré-fixada - utilizada no desconto do fluxo.

## 4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
São Paulo	76,4%	8,4%
Região Sul	62,2%	15,6%
Rio de Janeiro	63,7%	11,6%
Outras regiões	52,1%	15,4%
Transportes	68,2%	9,7%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(46.239) (86.845)	
Sinistros - aumento de 50,0%	110.048	53.084

## 4.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicionais com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de atisseeção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vias seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(20.337) (1.609)	
Sinistros - aumento de 50,0%	84.095	46.618

## 4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências e inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

## 5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das características de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão do negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave do negócio.

A Companhia possui estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 22 d).

## 6. EQUIVALENTES DE CAIXA

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	110.105	31.595
	110.105	31.595

(\*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

## 7. APLICAÇÕES

## 7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (\*)

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Nível 1	1.112	1.067
Nível 2	1.662	1.587
Total	2.774	2.654
	2.774	2.654

Fundos abertos

Cotas de fundos de investimentos 1.112 - 1.112 1.067 - 1.067

Outras 1.662 - 1.662 1.587 - 1.587

&lt;p

## PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi segregada em outubro de 2021 para efeito de contabilização das provisões técnicas da carteira Fiança, a parcela de resarcimentos entre estimados e ativados, respaldada pelo valor de recuperações correspondentes aos sinistros avisados e ainda não pagos (estimada) e a outra parcela correspondente às recuperações de conhecimento da Cia por sinistros pagos (ativada), ambas previstas como expectativa de recebimento do segurado, em caso de sinistro.

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (*)	524.447	515.083
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	451.292	444.015
Sinistros	19.719	29.325
INSS	1.880	1.827
Outros	47.884	53.565
<b>Total</b>	<b>1.045.222</b>	<b>1.043.815</b>

(\*) Vide nota explicativa nº 21(a).

## 11. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Bens à venda - salvados (i)	118.822	65.619
Direito a salvados - estimado (ii)	93.314	26.028
Ativo de direito de uso (iii)	91.439	-
Cheques e ordens a receber	1.606	1.228
Almoxarifado	1.890	5.481
<b>Total</b>	<b>307.071</b>	<b>98.356</b>

## 11.1 BENS À VENDA - SALVADOS (\*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Permanência até 30 dias	79.839	48.609
Permanência de 31 a 60 dias	24.286	9.127
Permanência de 61 a 120 dias	10.392	7.923
Permanência de 121 a 365 dias	9.774	11.368
Permanência acima de 365 dias	9.269	6.950
<b>Total</b>	<b>133.560</b>	<b>83.977</b>
Redução ao valor recuperável (*)	(147.388)	(18.358)
<b>Total</b>	<b>118.822</b>	<b>65.619</b>

(\*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

## 11.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Expectativa de realização	Expectativa de realização	Expectativa de realização
realização	realização	realização
1º mês	30.866	14,8%
2º mês	13.801	41,9%
3º mês	7.429	19,5%
4º mês	5.535	7,2%
5º mês	4.323	4,0%
6º mês	3.587	2,3%
7º mês	3.065	1,5%
8º mês	2.765	0,9%
9º mês	2.502	0,8%
10º mês	2.252	0,6%
11º mês	2.012	0,5%
12º mês	1.858	0,4%
13º a 18º mês	7.623	1,8%
19º a 24º mês	3.610	1,2%
25º a 30º mês	1.675	0,7%
Após o 30º mês	593	1,9%
<b>Total</b>	<b>93.314</b>	<b>100%</b>
Circulante	88.130	10.734
Não circulante	5.184	15.294
<b>Total</b>	<b>93.314</b>	<b>26.028</b>

## 11.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	26.028	41.703
Constituições	71.548	2.516
Reversões	(4.362)	(18.191)
<b>Total</b>	<b>93.314</b>	<b>26.028</b>

## 11.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

	Movimentações	Dezembro de 2021
Saldo	Baixas/Despesas de cancelamento de contratos	Depreciação anual
em 1º de janeiro	depreciação acumulada	Taxas de depreciação
de 2021	cotação	Custo
<b>Total</b>	<b>Líquido</b>	<b>Cotação (%)</b>

Direito de uso (\*): 92.402 - 11.842 (12.805) 123.460 (32.021) 91.439 5,0 a 33,3

(\*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma CPC 06 (R2) ocorreu em 1/1/2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 2.2).

## 12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2020
Automóvel...	744.010
Patrimonial...	168.802
Riscos Financeiros...	153.326
Pessoas...	95.955
Outros...	14.759
<b>Total</b>	<b>1.196.854</b>
Circulante...	1.139.821
Não circulante...	57.033
O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.	34.031

## 12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.043.541	988.531
Constituições	4.383.888	1.994.731
Apropriação para despesa	(4.230.575)	(1.939.728)
<b>Total</b>	<b>1.196.854</b>	<b>1.043.541</b>

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.16.2).

## 13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldos em Dezembro de 2020	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos controladas	Ajuste TVM de capital	Aumento patrimonial/Outros	Saldo em Dezembro de 2021
Porto Saúde.....	100,00	475.489	105.715	(55.105)	(10.793)	91.000	160
Azul Seguros (*).....	32,16	248.696	58.728	(36.450)	(20.799)	54.990	625
Porto Capital.....	99,97	195.808	(75.595)	—	(7.912)	180.000	36.605
Porto Uruguai.....	100,00	108.277	20.034	—	—	10.407	138.718
Porto Capitalização.....	100,00	107.615	26.428	(6.277)	(39.219)	51.000	139.547
		<b>1.135.984</b>	<b>135.160</b>	<b>(97.832)</b>	<b>(78.723)</b>	<b>376.990</b>	<b>47.797</b>
							<b>1.519.376</b>

(\*) A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

## 14. IMOBILIZADO

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

(\*)

A Porta Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

## PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaiianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO  
SEGURO

— continua

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Trabalhadores	Fiscais (a) Ibitas (c)	Civics (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 ....	847.755	16.204	14.104	878.663
Constituições .....	–	13.398	16.497	29.895
Enc. exíto/reversões .....	(2.884)	(2.901)	(3.924)	(9.709)
Pagamentos .....	–	(3.313)	(4.809)	(8.122)
Atualização monetária .....	15.723	3.698	2.573	21.994
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 ...</b>	<b>860.594</b>	<b>27.076</b>	<b>24.441</b>	<b>912.211</b>
Quantidade de processos.....	14	496	403	913

## (a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (i).....	489.560	480.756
Processos com adesão ao REFIS (ii).....	336.124	330.223
Outras.....	34.910	36.776
<b>Total.....</b>	<b>860.594</b>	<b>847.755</b>

## (i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade de contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a bruta operacional, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

Em Execução Fiscal movida face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda de débitos de R\$ 136.633, em favor da União, extintiva da Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de não êxito do Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

## (ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

## (iii) Outros tributos

A Companhia manteve discussões, relativas a: (I) IPTU; (II) Taxas Municipais; (III) Imposto sobre Serviços - ISS; e (IV) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvos, que pagam impostos e contribuições por sinistros.

## (b) Outras ações fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. As principais referem-se a: (I) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e seu risco total estimado em R\$ 287.572 (R\$ 195.274 de possível impacto no lucro líquido); (II) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 161.489 (R\$ 113.957 de possível impacto no lucro líquido); e (III) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 137.990 (R\$ 100.179 de possível impacto no lucro líquido).

## (c) Provisão para riscos de negligéncia de trabalho

A Companhia é parte integrante em processos de natureza civil. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, recesso de horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 170.574 (R\$ 143.450 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

## (d) Passivos decorrentes de ações de pessoas

A Companhia é parte integrante em processos de natureza civil. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 170.574 (R\$ 143.450 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

## 21.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO (\*)

	Passivo Juros a apropriar de arrendamento de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021 ..</b>	<b>218.184</b>	<b>(94.587)</b>	<b>123.997</b>
Baixas/cancelamentos de contratos .....	11.843	–	11.843
Apropriação dos juros .....	–	13.306	13.306
Perdas/avaliações .....	(23.900)	–	(23.900)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 ..</b>	<b>206.127</b>	<b>(81.281)</b>	<b>124.846</b>
Circulante .....	–	20.081	20.081
Não circulante .....	–	104.765	104.765

(\*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma CPC 06 (RPA) ocorreu em 1/12/2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 2.2).

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 2.664.441, dividido em 583.668.532 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de abril de 2021 e 27 de agosto de 2021, deliberaram aumento de capital social no montante de R\$ 30.000 e R\$ 250.000, respectivamente, aprovados pela SUSEP em 20 de julho de 2021 e 19 de dezembro de 2021, respectivamente.

A AGE de 29 de outubro de 2021 deliberou aumento de capital no montante de R\$ 12.000,00 a ser aprovado pela SUSEP.

## (b) Ajuste para avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2).

## (c) Reservas de reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R\$ 2.799 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.494 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

## (d) Reservas de lucros

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R\$ 377.854 (R\$ 331.742 em 31 de dezembro de 2020).

## (e) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a

participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considerar o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R\$ 1.835.131 (R\$ 1.290.841 em 31 de dezembro de 2020).

O montante de R\$ 36.612 apresentado na DMPL em "Ajustes de exercícios anteriores controladas" refere-se a reavaliação integral da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) da controlada Porto Vida, em razão da utilização da Mais Valia dos títulos emitidos em garantia das provisões técnicas, os quais estão reconhecidos em "mantidos até o vencimento", nos termos do § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015 e afetações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

(f) Reserva de contingências

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.617 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(g) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que vier sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 05 de fevereiro de 2021 e 29 de junho de 2021, a distribuição de dividendos intermediários no total de R\$ 123.906 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP de R\$ 156.486 (R\$ 142.377 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

## Dezembro de 2021

## Dezembro de 2020

## Dividendo de 2021

## Dividendo de 2020

## Dividendo de 2021

## PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guanabara, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO  
SEGURO

—continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;  
 (v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;  
 (vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;  
 (vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;  
 (viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;  
 (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;  
 (x) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.
- Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
<b>Ativo</b>		
Portoseg .....	981.466	737.248
Azul Seguros .....	31.437	36.661
Porto Saúde .....	10.695	7.233
Porto Atendimento .....	8.692	7.289
Porto Consórcio .....	4.888	4.566
Itau Auto e Residência .....	3.812	3.916
Porto Vida .....	2.538	2.365
Demais .....	8.235	9.238
	<b>1.051.763</b>	<b>808.516</b>
<b>Receitas</b>		
Dezembro de 2021	Despesas	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado		
Azul Seguros .....	354.963	338.529
Porto Saúde .....	107.947	93.671
Portoseg .....	109.221	89.558
Porto Atendimento .....	91.082	101.018
Porto Consórcio .....	51.521	51.039
Itau Auto e Residência .....	42.129	39.630
Porto Vida .....	27.722	28.426
Serviços Médicos e Porto Saúde Ocupacional.....	17.179	22.316
Proteção e Monitoramento .....	6.941	12.613
Demais .....	68.956	58.632
	<b>877.661</b>	<b>835.432</b>
	<b>236.385</b>	<b>195.175</b>

## 31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores .....	64.959	56.711
Honorários de diretoria e encargos .....	20.806	24.162
	<b>85.765</b>	<b>80.873</b>

## 32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

## 32.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC-33 - Benefícios dos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora responde por 100% do valor da contribuição do participante.

Em dezembro de 2021, os planos contavam com cerca de 4,4 mil (4.200) participantes ativos.

A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 18.991 em dezembro de 2021 (R\$ 15.920 em dezembro de 2020).

## 32.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício .....	49.203	54.203
Custo dos benefícios .....	2.731	2.666
Crédito de juros .....	3.554	3.551
Mercenários pagos .....	(7.484)	(2.180)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial .....	(1.507)	(9.004)
Outros .....	19.513	—
	<b>66.316</b>	<b>49.500</b>

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano) .....	5,19%
Taxa de crescimento salarial (ao ano) .....	1,00%
Inflação econômica (ao ano) .....	4,17%
Inflação médica (ao ano) .....	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal .....	4,17%

(\*) Participações nas ações ordinárias.

## 33. OUTRAS INFORMAÇÕES

## (a) Relatório Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

## (b) Composição acionária (\*)

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro S.A. .... Participação 100,0%

Porto Seguro Itau Unibanco Participações S.A. .... Participação 70,8%

Participações em circulação .... Participação 29,2%

Porto Seguro Itau Unibanco Participações S.A. .... Participação 41,1%

Itaúsg Participações S.A. .... Participação 19,1%

Itau Unibanco S.A. .... Participação 15,9%

Brasag Empreendimentos e Participações S.A. .... Participação 0,2%

Jayme Brasil Garfinkel .... Participação 0,8%

Outros .... Participação

Participações em circulação .... Participação 32,9%

Cleusa Campos Garfinkel .... Participação 30,5%

Ana Luiza Campos Garfinkel .... Participação 18,3%

Bruno Campos Garfinkel .... Participação 18,3%

Rosang Empreendimentos e Participações S.A. .... Participação

Jaime Brasil Garfinkel .... Participação 100,0%

Iauese Participações S.A. .... Participação

Itau Unibanco S.A. .... Participação 62,4%

Banco Itau BBA S.A. .... Participação 11,2%

Itau Unibanco S.A. .... Participação 100,0%

Banco Itaucard S.A. .... Participação 100,0%

Banco Itau BBA S.A. .... Participação 100,0%

Itau Unibanco Holding S.A. .... Participação 100,0%

Itau Unibanco Holding S.A. .... Participação 51,7%

UPAR - Itau Unibanco Participações S.A. .... Participação 39,2%

Itaúsa - Investimentos Itau S.A. .... Participação 9,1%

Outros .... Participação

(\*) Participações nas ações ordinárias.

## DIRETORIA

## ROBERTO DE SOUZA SANTOS

Diretor Presidente

## MARCELO BARROSO PICANÇO

Diretor Vice-Presidente - Seguros

## CELSO DAMADI

Diretor Vice-Presidente Financeiro,

Controladora e Investimentos

## LENE ARAUJO DE LIMA

Diretor Vice-Presidente

Corporativo e Institucional

## CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM

Diretor de Produto - Seguros de Pessoas

## MARCOS ROGÉRIO SIRELLI

Diretor de Tecnologia da Informação

## ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES

Diretora Jurídica e Riscos

## CAROLINA HELENA ZWARG

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

## JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

Comercial e Marketing

## MARCELO ZORZO

Diretor

## JARBAS DE MEDEIROS BACIANO

Diretor de Produto - Ramos Elementares

## IZAK RAFAEL BENADERET

Diretor

## MARCOS ROBERTO LOUÇAO

Diretor Vice-Presidente

Negócios Financeiros e Serviços

## EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL

Diretor de Produção

## RAFAEL VENEZIANI KOZMA

Diretor de Controleória

## NELSON SANTOS AGUIAR

Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/0-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, o resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações relevantes às demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriram com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAAs

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos e procedimentos de controlo interno, que visam garantir a integridade, a precisão e a consistência das informações contábeis e operacionais.

As provas de controlo interno, que visam garantir a integridade das informações contábeis e operacionais, são realizadas periodicamente, com o objetivo de observar se os procedimentos de controlo interno estão de acordo com as normas contábeis e operacionais.

No contexto da elaboração das demonstrações financeiras, a auditoria é realizada periodicamente, com o objetivo de garantir que as informações contábeis e operacionais estejam de acordo com as normas contábeis e operacionais.

As provas de controlo interno, que visam garantir a integridade das informações contábeis e operacionais, são realizadas periodicamente, com o objetivo de garantir que as informações contábeis e operacionais estejam de acordo com as normas contábeis e operacionais.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligéncia razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamentos e procedimentos de auditoria razoáveis; (iv) possuem conhecimento razoável sobre as informações financeiras pelas quais são informados e que são relevantes para a tomada de decisão econômica.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esse julgamento baseia-se na natureza, a época e a extensão de procedimentos de auditoria necessários para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de auditoria relevantes; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras. A determinação da materialidade é realizada com base no nível de probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de detecção de distorção relevante é frustante de maior parte devido ao fato de que o provedor de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contudo, talvez seja a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. As distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedem a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia das controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as estatísticas financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desenvolvimento, auditors considerando essas investidas e, consequentemente, pelo estabelecimento de políticas contábeis e operacionais.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as estatísticas financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desenvolvimento, auditors considerando essas investidas e, consequentemente, pelo estabelecimento de políticas contábeis e operacionais.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• Determinamos a materialidade de acordo



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA****Balanço encerrado em 31 de dezembro 2021**

(valores em milhares de reais)

**Ativo**

Ativo Circulante – A C (*).....	8.718.192
Realizável a Longo Prazo – R L P.....	2.626.308
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	3.483.711
<b>Ativo Total – AT.....</b>	<b>14.828.211</b>

**Passivo**

Passivo Circulante – P C.....	8.060.215
Passivo Não Circulante – P N C.....	1.983.934
Patrimônio Líquido – P L.....	4.784.062
<b>Passivo Total – PT.....</b>	<b>14.828.211</b>

**Indicador de Análise Econômico-Financeiro****Índice de Liquidez Geral (ILG):**

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{11.344.500}{10.044.149} = 1,13$$

**Índice de Solvência Geral (ISG):**

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{14.828.211}{10.044.149} = 1,48$$

**Índice de Liquidez Corrente (ILC):**

$$\frac{A C}{P C} = \frac{8.718.192}{8.060.215} = 1,08$$

**Grau de Endividamento (GE):**

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{10.044.149}{14.828.211} = 0,68$$

**Gerência de Capital de Terceiros (GCT)**

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{4.784.062}{10.044.149} = 0,48$$

**Nota explicativa:**

(\*) Montante composto pelo saldo total do ativo circulante, somado ao saldo total dos títulos disponíveis para venda (vide nota explicativa 7.2).

**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA****Balanço encerrado em 31 de dezembro 2021**

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2021, (vide nota explicativa nº. 7.5), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.852.740 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondem à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

Daniele Gomes Yoshida  
Contador - CRC 1SP 255783/O-1

NEIDE  
OLIVEIRA  
SOUZA:205408  
56851

Assinado de forma digital por NEIDE  
OLIVEIRA SOUZA:20540856851  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=000001010406798, ou=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A1, ou=AC SERASA RFB  
v5, ou=30954828000140,  
ou=PRESENCIAL, cn=NEIDE OLIVEIRA  
SOUZA:20540856851  
Dados: 2022.03.30 11:29:03 -03'00'

ROBERTO DE  
SOUZA  
DIAS:115838  
46883

Assinado de forma digital por  
ROBERTO DE SOUZA  
DIAS:11583846883  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=000001010406912, ou=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A1, ou=AC SERASA RFB,  
ou=35311469000126,  
ou=PRESENCIAL, cn=ROBERTO DE  
SOUZA DIAS:11583846883  
Dados: 2022.03.30 11:29:44 -03'00'



**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

**DADOS DA EMPRESA**

NOME EMPRESARIAL <b>PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS</b>		TIPO JURÍDICO <b>SOCIEDADE POR AÇÕES</b>	
NIRE 35300041089	CNPJ 61.198.164/0001-60	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 219.981/22-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 03/05/2022

**DADOS DA CERTIDÃO**

DATA DE EXPEDIÇÃO 20/07/2022	HORA DE EXPEDIÇÃO 13:00:09	CÓDIGO DE CONTROLE 175479808
---------------------------------	-------------------------------	---------------------------------

A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO [WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR)

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 20/07/2022 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APlicações DE SUPORTE E DAS APlicações HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

**EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).**



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**  
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

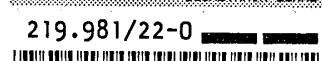
## CAPA DO REQUERIMENTO

## DADOS CADASTRAIS

ATO Arquivamento de Jornal;					Nº	
NOME EMPRESARIAL <b>PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS</b>					PORTE Normal	
LOGRADOURO Avenida Rio Branco, 1489 E Rua Guianaenses		NUMERO 1238	COMPLEMENTO		CEP 01205-001	
MUNICÍPIO <b>São Paulo</b>		UF SP	TELEFONE		EMAIL	
NUMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 61.198.164/0001-60	NIRE - SEDE 3530004108-9				
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA  <b>NOME: ALINE SALEM DA SILVEIRA BUENO (Procurador)</b>  ASSINATURA: 					SEQ. DOC.	
					VALORES RECOLHIDOS  <b>DARE: R\$ 136,51</b>  <b>DARF: R\$ ,00</b>	
					DATA: 24/03/2022	

**DEclaro, sob as penas da lei, que as informações constantes do requerimento/processo são expressão da verdade.**

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

<b>ANEXOS:</b>	EXCLUSIVO SETOR DE ANALISE	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
<input type="checkbox"/> DBE <input checked="" type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Aveliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	 <p>JUCESP 03 MAI 2022 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP</p> <p>CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 219.981/22-0</p> <p>GISELA SIMETTA CESCHIN SECRETÁRIA-GERAL</p> <p>219.981/22-0</p> 
<b>OBSERVAÇÕES:</b>		

923000  
22 80 00

X-76

2022





